UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO

Termo de Referência 144/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
144/2026	153052-UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	LIDIA MARIA DE MOURA NOGUEIRA SILVA	04/11/2026 10:31 (v 0.9)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	12/2026	23070.003620/2026-10

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para a aquisição de eletrodomésticos e bens comuns**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTD	UNIDADE FORNEC.	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	4	UNIDADE	APARELHO, PURIFICADOR DE ÁGUA, CAPACIDADE RESERVATÓRIO INTERNO MÍNIMO 2L, SISTEMA DE FILTRAGEM COM REDUÇÃO DE CLORO LIVRE E RETENÇÃO DE PARTÍCULAS, ÁGUA GELADA E ÁGUA NATURAL, FIXAÇÃO PAREDE, VOLTAGEM 220V, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	611887	R$ 778,77	R$ 3.115,08
2	2	UNIDADE	ASPIRADOR, PÓ E ÁGUA, MATERIAL TANQUE AÇO INOX, CAPACIDADE MÍNIMA 20L, POTÊNCIA MÍNIMA 1400W, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MANGUEIRA, TUBOS EXTENSORES, BOCAIS, PROLONGADOR, SISTEMA DE FILTRAGEM PARA PÓ, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	448227	R$ 489,99	R$ 979,98
3	3	UNIDADE	ASPIRADOR, PÓ, PORTÁTIL, ELÉTRICO, ALIMENTAÇÃO POR CABO, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 220 V, POTÊNCIA NOMINAL MÍNIMA DE 1.200 W, DESTINADO À LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPERFÍCIES, DESEMPENHO COMPATÍVEL PARA ASPIRAÇÃO DE PARTÍCULAS FINAS E RESÍDUOS SÓLIDOS SECOS, DISPOR OBRIGATORIAMENTE DE FUNÇÃO DUPLA DE ASPIRAÇÃO E SOPRO, COM POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO FLUXO DE AR, SISTEMA DE FILTRAGEM REMOVÍVEL E LAVÁVEL ADEQUADO PARA PÓ FINO, RESERVATÓRIO DE RESÍDUOS COM CAPACIDADE COMPATÍVEL PARA USO CONTÍNUO E ESVAZIAMENTO MANUAL, ALÉM DE ACESSÓRIOS PRÓPRIOS PARA LIMPEZA DE FRESTAS E ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO, APRESENTAR CONSTRUÇÃO COMPACTA, EMPUNHADURA ERGONÔMICA PARA USO MANUAL, CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE SEGURANÇA ELÉTRICA APLICÁVEIS, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	414828	R$ 285,03	R$ 855,09
			BALCÃO, TÉRMICO, CARRINHO BUFFET QUENTE SELF SERVICE, AQUECIMENTO EM BANHO MARIA, DE 8 A 10 CUBAS GASTRONÔMICAS, CONTROLE DE TEMPERATURA, MATERIAL AÇO INOX, RODÍZIOS PARA LOCOMOÇÃO COM FREIOS, FECHAMENTO			

4	2	UNIDADE	SUPERIOR EM VIDRO TEMPERADO (SALIVADOR), TENSÃO 220V. CONTROLE DE TEMPERATURA (TERMOSTATO), PARA GARANTIR AQUECIMENTO UNIFORME E CONSTANTE; REGULAGEM TEMPERATURA (ATÉ 90 °C, NO MÍNIMO), COMPATÍVEL COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INDUSTRIAIS OU COMERCIAIS PADRÃO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	239668	R$ 5.007,50	R$ 10.015,00
5	2	UNIDADE	BANCADA, REFRIGERADA, CONSERVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, DE 8 A 10 CUBAS GASTRONÔMICAS, COMPONENTES PROTETOR SALIVAR, MATERIAL ESTRUTURA AÇO OU MDF REVESTIDO, MATERIAL TAMPO AÇO INOXIDÁVEL, TEMPERATURA TRABALHO 0 A 10ºC APROXIMADAMENTE, TENSÃO 220V, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	634005	R$ 6.386,40	R$ 12.772,80
6	30	UNIDADE	Bebedouro Água Garrafão. Tipo: Coluna. Elétrico, Capacidade do garrafão: 20 L, Voltagem: 220 V, Capacidade Mínima Refrigeração: 1,2 L/H, Gabinete Aço Inoxidável, Tampa e Base injetados, Reservatório em material atóxico. Saída Água: Natural E Gelada, Características Adicionais: 2 Torneiras, Garantia mínima: 12 meses, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	313572	R$ 846,98	R$ 25.409,40
7	61	UNIDADE	BEBEDOURO, ÁGUA, INDUSTRIAL, CAPACIDADE ÁGUA 200L, 4 TORNEIRAS EM LATÃO CROMADO OU AÇO INOXIDÁVEL, SAÍDA DE ÁGUA GELADA, VOLTAGEM 220V, MATERIAL GABINETE AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL RESERVATÓRIO ÁGUA AÇO INOXIDÁVEL OU POLIPROPILENO ATÓXICO, COM CERTIFICADO DO INMETRO, COM APARADOR DE ÁGUA COM DRENO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	311387	R$ 2.364,95	R$ 144.261,95
8	3	UNIDADE	CAFETEIRA, ELÉTRICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE MÍNIMA 1,2L, TENSÃO 220V, TERMOSTATO, RESISTÊNCIA, BLINDADA, VISOR, SAPATAS ANTIDERRAPANTES, POTÊNCIA MÍNIMA 750W, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	470922	R$ 197,10	R$ 591,30
9	39	UNIDADE	CAMA, SOLTEIRO, MODELO COM CABECEIRA, MATERIAL MADEIRA MACIÇA DE REFLORESTAMENTO (EUCALIPTO, PINUS OU SIMILAR) COM COMPROVAÇÃO DE ORIGEM LEGAL DA MADEIRA, TRATAMENTO SUPERFICIAL ENVERNIZADO, ESTRADO EM COMPENSADO OU MDF ESPESSURA 15MM, PARA COLCHÃO DIMENSÕES COMPRIMENTO 1,88M X LARGURA 0,88M, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 100KG, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES. INCLUSO MONTAGEM	320654	R$ 565,00	R$ 22.035,00
10	8	UNIDADE	CLIMATIZADOR, CIRCULADOR E UMIDIFICADOR DE AR, PORTÁTIL, RODINHAS DESLIZANTES, RESERVATÓRIO DE ÁGUA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220V, POTÊNCIA MÍNIMA DE 270W, MONOFÁSICO, VAZÃO DO AR MÍNIMA 3.700 M3/H, RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 60L, PAINEL EVAPORATIVO (COMEIA) E FILTRO DE AR REMOVÍVEL, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	607875	R$ 1.296,52	R$ 10.372,16
11	104	UNIDADE	COLCHÃO, ESPUMA, DENSIDADE D-33, MATERIAL ESPUMA POLIURETANO/ CONVENCIONAL, REVESTIMENTO EM TECIDO ANTIALÉRGICO (ANTIFUNGO/ANTIMOFO/ANTIÁCARO), DIMESÕES LARGURA 0,88M X COMPRIMENTO1,88M X ALTURA MÍNIMA 0,17M, SUPORTE PESO MÍNIMO 90KG, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	459468	R$ 300,00	R$ 31.200,00
12	2	UNIDADE	CUBA, EMBUTIR, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO RETANGULAR, DIMENSÕES APROXIMADAS 500X400MM, PROFUNDIDADE 250MM	404560	R$ 334,33	R$ 668,66
13	4	UNIDADE	FERRO, PASSAR ROUPA, ELÉTRICO, A VAPOR E A SECO, FUNÇÃO VAPOR VERTICAL E SPRAY, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220V, BASE COM REVESTIMENTO CERÂMICO, POTÊNCIA MÍNIMA 1.200 W, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	607777	R$ 119,90	R$ 479,60
14	8	UNIDADE	FOGÃO INDUSTRIAL, 4 BOCAS (2 QUEIMADORES DUPLOS E 2 SIMPLES), FUNCIONAMENTO A GÁS, ACENDIMENTO MANUAL, BAIXA PRESSÃO, MATERIAL ESTRUTURA AÇO CARBONO, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTURA EPÓXI OU AÇO INOXIDÁVEL, SEM FORNO, GRELHAS EM FERRO FUNDIDO DE APROXIMADAMENTE 30X30CM, PERFIL REFORÇADO DE NO MÍNIMO 5CM, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	380367	R$ 1.269,00	R$ 10.152,00
			FOGÃO, 02 BOCAS, DOMÉSTICO, ELÉTRICO, COMPACTO, DE MESA, MATERIAL AÇO INOX, POTÊNCIA TOTAL MÍNIMA 2000W, TENSÃO 220V, CONTROLE GRADUAL COM NO MÍNIMO 5 REFERÊNCIAS DE			

15	8	UNIDADE	TEMPERATURA, PRATOS EM FERRO FUNDIDO COM REVESTIMENTO ANTIADERENTE, DIÂMETRO DO PRATO DE AQUECIMENTO 155MM APROXIMADAMENTE, DIMENSÕES APROXIMADAS ALTURA 7CM X LARGURA 48,5CM X PROFUNDIDADE 24,5CM, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	344552	R$ 145,36	R$ 1.162,88
16	16	UNIDADE	FOGÃO, GÁS, TIPO FOGÃO CONVENCIONAL, QUANTIDADE BOCAS 4, NORMAS TÉCNICAS SELO INMETRO GATEGORIA "A", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACENDIMENTO AUTOMÁTICO / FORNO AUTOLIMPANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45L, VOLTAGEM:110/220 V, COR BRANCA, MESA EM AÇO INOXIDÁVEL OU VIDRO TEMPERADO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	425200	R$ 771,85	R$ 12.349,60
17	9	UNIDADE	FORNO, ELÉTRICO, CAPACIDADE MÍNIMA 44 LITROS, ACABAMENTO EM INOX, POTÊNCIA MÍNIMA 1.750W, TENSÃO 220V, TERMOSTATO COM REGULAGEM ATÉ 300°C NO MÍNIMO, TIMER, LUZ INTERNA, PORTA COM VIDRO, CORPO INTERNO AUTOLIMPANTE, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	263430	R$ 493,40	R$ 4.440,60
18	8	UNIDADE	FREEZER, HORIZONTAL, CAPACIDADE APROXIMADAMENTE 500L, COR BRANCA, DEGELO MANUAL OU CÍCLICO, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220V, DUPLA AÇÃO CONGELAMENTO E REFRIGERAÇÃO, PINTURA EPOXI, 2 PORTAS, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	439305	R$ 3.125,00	R$ 25.000,00
19	2	UNIDADE	FREEZER, VERTICAL, 1 PORTA, CAPACIDADE MÍNIMA 280L, TENSÃO 220V, COM GAVETAS OU PRATELEIRAS INTERNAS, TERMOSTATO REGULÁVEL, TEMPERATURA OPERAÇÃO -18°C A -25°C APROXIMADAMENTE, APLICAÇÃO LABORATÓRIO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	449403	R$ 3.200,00	R$ 6.400,00
20	12	UNIDADE	FRIGOBAR, CAPACIDADE MÍNIMA 110 LITROS, COM CONGELADOR (EVAPORADOR), PÉS ESTABILIZADORES REGULÁVEIS, TERMOSTATO REGULÁVEL, TAMPA PLÁSTICA, COM PORTA LATAS E SUPORTES DA PORTA REMOVÍVEIS, GRADES INTERNAS RETRÁTIL REMOVÍVEIS COM REGULAGEM, COR, BRANCA, GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO (GÁS R-134A OU R600A), TENSÃO 220 VOLTS, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	360271	R$ 1.062,40	R$ 12.748,80
21	2	UNIDADE	FRITADEIRA, ELÉTRICA, SEM ÓLEO, ACABAMENTO EXTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL, POTÊNCIA MÍNIMA 1500W, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220V, CAPACIDADE MÍNIMA 5L, TIPO FRYER, CESTO REMOVÍVEL COM REVESTIMENTO ANTIADERENTE, TERMOSTATO ATÉ 200°C NO MÍNIMO, TIMER, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	601738	R$ 387,56	R$ 775,12
22	2	UNIDADE	GUILHOTINA, PAPEL, BASE EM AÇO OU MADEIRA COM ESCALA GRADUADA, TIPO PORTÁTIL, LÂMINA EM AÇO COMPRIMENTO MÍNIMO 46 CM, FUNCIONAMENTO MANUAL, CAPACIDADE CORTE MÍNIMO 20 FOLHAS, COM PRENSA PAPEL, TRAVA SEGURANÇA DA ALAVANCA, PROTETOR LÂMINA, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	456780	R$ 323,70	R$ 647,40
23	14	UNIDADE	LIQUIDIFICADOR, INDUSTRIAL, COPO AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE MÍNIMA 1,50L, POTÊNCIA MÍNIMA MOTOR 800W, TENSÃO NOMINAL 220V, ALTA ROTAÇÃO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	429382	R$ 416,23	R$ 5.827,22
24	2	UNIDADE	MÁQUINA, FABRICAR GELO, GELO CUBO, CAPACIDADE DE PRODUÇÃO MÍNIMA 50 KG/DIA, MATERIAL GABINETE AÇO INOXIDÁVEL, ALIMENTAÇÃO POR REDE HIDRÁULICA OU RESERVATÓRIO, TENSÃO 220 V, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	273437	R$ 3.981,88	R$ 7.963,76
25	46	UNIDADE	MÁQUINA, LAVAR ROUPA, CAPACIDADE 15 KG, TIPO: AUTOMÁTICA, APLICAÇÃO: DOMÉSTICA, LAVAGEM/ENXÁGUE/CENTRIFUGAÇÃO, TAMPA ABERTURA SUPERIOR, SISTEMA DE LAVAGEM, FUNÇÕES, VOLTAGEM: 220V, MATERIAL CESTO: AÇO INOXIDÁVEL, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	449998	R$ 2.193,96	R$ 100.922,16
26	2	UNIDADE	PROCESSADOR, ALIMENTOS, MATERIAL CORPO E TAMPA AÇO INOXIDÁVEL, MOTOR POTÊNCIA MÍNIMA 0,5CV, ACOMPANHADO DE NO MÍNIMO 7 DISCOS DE CORTE (FATIAR, RALAR, DESFIAR), TENSÃO 220V, SISTEMA DE SEGURANÇA PARA IMPEDIR FUNCIONAMENTO COM TAMPA ABERTA, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	614248	R$ 3.437,11	R$ 6.874,22
27	21	UNIDADE	REFRIGERADOR, DUPLEX, FROST FREE, VERTICAL, CAPACIDADE TOTAL MÍNIMA 450 L, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220 V, ETIQUETA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA "A", ACOMPANHADO DE MANUAL DE	470946	R$ 3.178,50	R$ 66.748,50

			INSTRUÇÕES			
28	3	UNIDADE	SANDUICHEIRA, PARA 2 SANDUÍCHES DE UMA VEZ, COMPACTA, PLACAS ANTIADERENTES, LUZ INDICADORA DE FUNCIONAMENTO, TRAVA DE FECHAMENTO, BASE ANTIDERRAPANTE, ACABAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, POTÊNCIA MÍNIMA 750W, TENSÃO/ VOLTAGEM 220V, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	367474	R$ 109,00	R$ 327,00
29	34	UNIDADE	TELEVISOR, TAMANHO TELA: 75 POLEGADAS, VOLTAGEM: 220 V, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SMART TV, 4 K, WIFI, ENTRADAS HDMI/USB, CONVERSOR, COM CONTROLE REMOTO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	611856	R$ 4.489,00	R$ 152.626,00
30	17	UNIDADE	VENTILADOR, PAREDE, OSCILANTE, DIÂMETRO HÉLICE APROXIMADAMENTE 60CM, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 200W, PROTETOR TÉRMICO, MÍNIMO 3 VELOCIDADES, CAIXA DE CONTROLE INCLUSA, ACIONAMENTO MANUAL, TENSÃO 220V, GRADE METÁLICA PINTADA NA COR PRETA, SUPORTE DE PAREDE EM AÇO, MODO DE TRABALHO SILENCIOSO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	453490	R$ 215,32	R$ 3.660,44
31	4	UNIDADE	VENTILADOR, TIPO MESA, MATERIAL PLÁSTICO, POTÊNCIA MOTOR MÍNIMO 140W, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220V, 3 VELOCIDADES, DIÂMETRO HÉLICE MÍNIMO 40CM, OSCILAÇÃO HORIZONTAL, INCLINAÇÃO REGULÁVEL, GRADE REMOVÍVEL, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES	453582	R$ 164,45	R$ 657,80
VALOR TOTAL ESTIMADO						**R$ 682.039,52**

OBSERVAÇÕES:

1.1.1. Havendo divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela acima deste Termo de Referência com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem aquisição habitual /rotineira da Administração Pública; apresentação características que encontrem no mercado padrões usuais de especificação e possibilidade de julgamento objetivo pelo menor preço.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **recebimento da nota de empenho**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência e alinhado com o Plano Diretor de Logística Sustentável 2023/2027.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

> 4.1.1. Apresentar juntamente com a proposta de preços a Certificação de Sustentabilidade Ambiental comprovando que cumpre na execução de suas atividades a legislação federal de sustentabilidade ambiental brasileira (Lei 12.187/2009 - Política Nacional de Mudança no Clima, Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MPOG N. 01/2010), podendo alternativamente cumprir este requisito por meio do preenchimento de Declaração de Sustentabilidade Ambiental constante do modelo de proposta de preços que constar do edital de licitação;
>
> 4.1.2. Os itens devem atender, preferencialmente, a critérios ambientais, priorizando materiais recicláveis, reciclados ou biodegradáveis, redução de resíduos, embalagens sustentáveis, durabilidade.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de aquisição de bens materiais via Registro de Preços, conforme razões justificadas:

> 4.3.1. não há complexidade na presente licitação e a entrega do material será em conformidade com a demanda da Instituição, não comprometendo o cumprimento das obrigações;
> 4.3.2. a onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;
> 4.3.3. a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

Margem de Preferência:

4.4. Os itens 1, 2, 8, 10, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30 e 31 objetos da contratação enquadram-se na margem de preferência normal de 10 %, prevista no Decreto n.º 11.890/2024, conforme disposto na Resolução n.º 04 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

4.4.1. Para atendimento da comprovação de que trata o subitem anterior o licitante deverá apresentar, no momento da habilitação, um dos seguintes documentos, conforme o caso (Art. 7º da Resolução SEGES-CICS /MGI Nº 4, de 18 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS):

> I - impressão da tela da página da consulta CFI / Credenciamento FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, disponível no sítio eletrônico https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo/, em que conste a marca ou o fabricante e o modelo ou a versão do item ofertado, bem como o código CFI do produto;
>
> II - impressão da tela da página da consulta CFI / Credenciamento FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, disponível no sítio eletrônico https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo/, em que conste a marca ou o fabricante e o modelo ou a versão do item ofertado, e a expressão "TIPO A", bem como o código CFI do produto;
>
> III - impressão da tela da página da consulta de empresas habilitadas, produtos e modelos aprovados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponível no sítio eletrônico https://inovacaodigital.mcti.gov.br/leiDeInformatica/empresasHabilitadas, em que conste o produto e o modelo do item ofertado;
>
> IV - impressão da tela da página da consulta de empresas com reconhecimento de produtos desenvolvidos no país do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponível no sítio eletrônico https://inovacaodigital.mcti.gov.br/leiDeInformatica /empresasProdutosModelosTecnac, em que conste o produto e o modelo do item ofertado;
>
> V - formulário, preenchido e assinado, de Autodeclaração de Medicamento Nacional, constante do Anexo II.a desta Resolução; e
>
> VI - formulário, preenchido e assinado, de Autodeclaração do Insumo Farmacêutico Ativo Nacional, constante do Anexo II.b da Resolução.

Apresentação de Catálogo Técnico

4.5. A licitante deverá apresentar catálogo técnico completo, em formato PDF, contendo as características técnicas detalhadas de todos os produtos ofertados, indicando obrigatoriamente a marca e o modelo de cada item.

4.5.1. Não serão aceitos:

I) Textos genéricos que não descrevam especificações técnicas;
II) Fotografias isoladas sem descrição técnica;
III) Catálogos incompletos ou em formatos diversos do PDF.
IV) O catálogo deverá ser suficiente para permitir a conferência da conformidade técnica dos itens com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) envio da nota de empenho via e-mail, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço : Diretoria de Logística - DLOG, Alameda Flamboyant, 778 - Chácaras Califórnia, Goiânia - GO, 74045-155.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4.1. Além da garantia legal, exige-se garantia contratual mínima diferenciada por grupo de item, conforme quadro a seguir, elaborado a partir da natureza de cada equipamento e das condições de garantia já indicadas nas especificações técnicas levantadas junto às unidades requisitantes:

Item	Garantia contratual mínima exigida	Justificativa/Observação
Linha branca e equipamentos de maior porte ou uso industrial/institucional: bebedouro industrial e de garrafão, refrigerador duplex, frigobar, freezer horizontal, freezer vertical laboratorial, máquina de lavar roupa, fogão elétrico/a gás (doméstico e industrial), forno elétrico, máquina de fabricar gelo, balcão térmico/buffet, cuba de embutir em aço inox, climatizador portátil, ventilador, televisor (Smart TV)	12 (doze) meses	Padrão usualmente praticado pelo mercado para essa tipologia de equipamento
Pequenos eletroportáteis: ferro de passar roupa, aspirador de pó, cafeteira elétrica, sanduicheira, fritadeira elétrica (air fryer), liquidificador (doméstico /industrial)	90 (noventa) dias, correspondente à garantia legal	Itens de menor valor agregado e vida útil mais curta, cujos fabricantes nem sempre praticam garantia contratual superior à legal; a exigência de 12 meses para essa categoria pode restringir indevidamente a competitividade.
Mobiliário não elétrico: colchão de espuma D-33	12 (doze) meses contra defeitos de fabricação da espuma e do revestimento	Prática usual do mercado para colchões de espuma de uso institucional; admitindo-se prazos superiores ofertados pelo fabricante
Mobiliário não elétrico: cama de solteiro	90 (noventa) dias sobre a estrutura, o estrado e o acabamento, correspondente à garantia legal	Item estrutural de madeira sem componentes elétricos ou eletromecânicos, cuja garantia de fabricante, quando existente, costuma ser vinculada a condições específicas de uso; adota-se o piso da garantia legal como exigência mínima, sem prejuízo de prazo maior oferecido

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 **(dez)** dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto, regra esta aplicável ao item 9 da presente contratação.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;
8.12.2. a data da emissão;
8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
8.12.5. o valor a pagar; e
8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação de quitação da Guia de Recolhimento do ICMS – Diferencial de Alíquota (DIFAL), sempre que aplicável, considerando que a Universidade Federal de Goiás é consumidora final – não contribuinte do ICMS.

Prazo de pagamento

8.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/09/2026.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s)

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social,* já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R$ 682.039,52 (seiscentos e oitenta e dois mil e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Goiânia, na data da assinatura digital.

13. ANEXO I

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ...*(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 12/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: PORTARIA Nº 2763 DE 5 DE Maio DE 2026

HELLEN SILVA SOUZA NEGREIROS

Integrante administrativo

Assinou eletronicamente em 04/11/2026 às 07:42:15.

Despacho: PORTARIA Nº 2763 DE 5 DE Maio DE 2026

ROBERTA MENDONCA

Integrante Requisitante

Assinou eletronicamente em 04/11/2026 às 10:22:42.

Despacho: PORTARIA Nº 2763 DE 5 DE Maio DE 2026

ROBERTA AKEMI YAMADA LOUREIRO DE ALENCASTRO VEIGA

Substituto Eventual do Integrante Requisitante

Despacho: PORTARIA Nº 2763 DE 5 DE Maio DE 2026 O

CHARLES MILHOMEM MENDONCA

Substituto Eventual do Integrante Requisitante:

Assinou eletronicamente em 04/11/2026 às 10:31:57.

Despacho: PORTARIA Nº 2763 DE 5 DE Maio DE 2026

LIDIA MARIA DE MOURA NOGUEIRA SILVA

Substituto Eventual do Integrante Técnico

Assinou eletronicamente em 03/11/2026 às 16:29:54.